AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: dilemas e potencialidades na construção de uma escola menos seletiva e mais acolhedora.

DANIELA DE ARAÚJO ANDO[1]
https://orcid.org/0000-0003-0135-8322
daniela.araujo@fccidade.com.br

LAURA PERAZZA MENDES NASCIMENTO[2]
https://orcid.org/0009-0004-0363-2043
laura.mendes@fccidade.com.br

RESUMO
A avaliação escolar constitui-se em uma ferramenta de contínuo aperfeiçoamento tanto do processo de aprendizagem quanto das práticas de ensino. Reconhecida como um tema central na educação, estabelece relação intrínseca com currículo, financiamento, planejamento e gestão. O objetivo desta resenha é contribuir com profissionais da educação na discussão e compreensão crítica sobre a avaliação educacional e seus impactos. A obra resenhada evidencia uma crítica à persistência de práticas avaliativas de caráter predominantemente classificatório, que tendem a responsabilizar o aluno individualmente pelo fracasso, desconsiderando as diversidades sociais e culturais de sua origem. Como alternativa, defende-se uma concepção de avaliação voltada para o diagnóstico e a reflexão, sendo que o erro é entendido como possibilidade de aprendizagem. Para concluir, entende-se que é fundamental que haja transformações, principalmente de base ideológica sobre a avaliação, demandando um pacto ético e político com a transformação social. Dessa forma, a avaliação deve ser compreendida como uma prática emancipadora, fundamental para a construção da cidadania e da justiça social.

Palavras-chave: Avaliação escolar. Professores. Formação.

EDUCATIONAL ASSESSMENT: DILEMMAS AND POTENTIAL IN BUILDING A LESS SELECTIVE AND MORE WELCOMING SCHOOL.

ABSTRACT
Educational assessment is a tool for continuous improvement in both the learning and teaching processes. Considered a central theme in education, it is intrinsically connected to curriculum design, funding, planning, and management. The objective of this review is to advance the discussion and critical understanding of educational assessment and its impacts among education professionals. A key criticism of the reviewed work is the persistence of school assessment practices that prioritize classificatory function and tend to hold individual students responsible for failure, ignoring social diversity and discrepancies students' cultural backgrounds. To overcome this perspective, the work addresses the various functions of assessment and argues that it is a continuous tool for diagnosis and reflection, in which errors should be understood as opportunities to foster learning. In conclusion, it is understood that

1 Faculdade Cristã da Cidade (FCC). São José dos Campos, SP, Brasil. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP)
2 Faculdade Cristã da Cidade (FCC). São José dos Campos, SP, Brasil. Mestrado em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

transformations are essential, particularly ideological, regarding assessment, requiring an ethical and political commitment to social transformation. Thus, assessment must be understood as an emancipatory practice, fundamental to the construction of citizenship and social justice.

Keywords: Educational assessment. Teachers. Training.

EVALUACIÓN EDUCATIVA: DILEMAS Y POTENCIALIDADES EN LA CONSTRUCCIÓN DE UNA ESCUELA MENOS SELECTIVA Y MÁS ACOGEDORA.

RESUMEN

La evaluación escolar es una herramienta para la mejora continua de los procesos de aprendizaje y enseñanza. Considerada un tema central en en el ámbito educativo, mantiene una relación intrínseca con el currículo, la financiación, la planificación y la gestión. El objetivo de esta revisión es contribuir al debate y la comprensión crítica de la evaluación educativa y sus impactos entre los profesionales de la educación. Una crítica clave al trabajo revisado es la persistencia de prácticas de evaluación en las escuelas que priorizan una función clasificatoria y tienden a responsabilizar a los estudiantes individuales del fracaso, ignorando la diversidad social y desconociendo la diversidad social y los contextos culturales de origen de los estudiantes. Para superar esta perspectiva, el trabajo aborda las diversas funciones de la evaluación y argumenta que es una herramienta continua de diagnóstico y reflexión, en la que el error debe entenderse como una oportunidad para favorecer el aprendizaje. En conclusión, se entiende que las transformaciones resultan esenciales, particularmente en el plano ideológico, en materia de evaluación, lo que exige un compromiso ético y político con la transformación social. Por lo tanto, la evaluación debe entenderse como una práctica emancipadora, fundamental para la construcción de ciudadanía y justicia social.

Palabras clave: Evaluación escolar. Profesorado. Formación.

Esta resenha tem por finalidade apresentar o livro das autoras Sandra Zákia Souza e Valéria Virgínia Lopes, publicado pela editora Contexto, de São Paulo. O livro é vencedor do prêmio Jabuti/2025 no Eixo Ciência e Cultura. Ambas escritoras são Pedagogas e possuem doutorado pela Universidade de São Paulo, na qual a escritora Sandra Zákia Souza é professora colaboradora.

A obra é composta por cinco capítulos os quais são articulados na medida em que apresenta, de maneira sequencial e didática, as diversas vertentes da avaliação educacional, partindo de bases conceituais comuns para convergir ao final sobre a avaliação na construção de uma escola inclusiva. É importante destacar que, na obra, a cada final de capítulo, as autoras indicam vídeos relacionados aos temas discutidos, bem como leituras para complementação e/ou aprofundamento do tema em discussão.

Na apresentação, as autoras destacam, inicialmente, a avaliação como um tema

central na educação e sua relação inseparável com currículo, financiamento, planejamento e gestão. Além disso, as autoras evidenciam que a avaliação deve colaborar com o desenvolvimento dos discentes e que é uma ferramenta de contínuo aperfeiçoamento, tanto do processo de aprendizagem quanto de ensino. A proposta do livro é ser uma ferramenta de apoio para os profissionais da educação básica em sua formação inicial ou contínua, além de colaborar para construção de uma escola que seja menos excludente e que ampare e respeite todos os seus alunos.

Assim, as autoras se lançam na proposta bem mais ampla do que somente abordar os dilemas da avaliação educacional, buscando evidenciar o potencial dessa prática "em contribuir com a construção de uma nova escola, menos seletiva e desigual, que acolhe e respeita todos os estudantes. " (Souza; Lopes, 2024, p. 6)

Após algumas breves considerações introdutórias sobre a obra, passamos à análise dos diferentes capítulos que compõem os meandros de "Avaliação Educacional: de aprendizagem, institucional, em larga escala".

No primeiro capítulo, intitulado "Avaliação educacional: noções introdutórias", as autoras iniciam o texto estabelecendo um panorama conceitual primordial, o qual ultrapassa a mera definição de avaliação para definir uma área de estudos complexos, interdisciplinares e intimamente políticos. Para tanto, o capítulo inicia com uma distinção essencial entre a avaliação informal, a qual é realizada de modo espontâneo que está baseada em crenças e valores e a avaliação formal, que é planejada e serve para orientar julgamentos e fundamentar decisões no âmbito profissional. No entanto, as autoras alertam que, apesar da dimensão informal da avaliação estar presente no contexto educacional, é necessário que a escola disponha de uma atenção proposital e constante, pois a avaliação informal pode passar despercebida, gerando impactos que reforçam as desigualdades já existentes dentro e fora da escola, ao invés de combatê-las. Isto posto, outra distinção presente é entre verificação e avaliação. Apoiadas na contribuição de Cipriano Carlos Luckesi (1998), as autoras apresentam a verificação como o processo de obtenção e análise de dados, enquanto que a avaliação é o processo de dar valor ou atribuir valor a algo, o qual exige um posicionamento que conduz a uma disposição de ação. Dessa maneira, a avaliação está permeada de um processo circular que integra descrição do problema, análise, julgamento, tomada de decisão e ação.

Ao tratar da avaliação como um instrumento político e com complexidade ética, o texto incide ao despir a avaliação educacional de qualquer neutralidade técnica. A avaliação é

definida como uma ferramenta política que pode servir tanto para a democratização da educação quanto para a discriminação social. Por isso, escolhas teóricas e metodológicas não são neutras, mas sim relacionadas a determinadas concepções e interesses, os quais podem ser declarados ou não.

Por fim, o capítulo detalha as funções (diagnóstica, formativa e somativa) e os tipos (interna e externa) de avaliação, reconhecendo que a atividade avaliativa é indissociavelmente vinculada ao planejamento. Em linhas gerais, esse capítulo é um documento basilar para outros estudos subsequentes sobre a avaliação, pois ele relembra o leitor do compromisso político e da carga de valores presentes em cada escolha metodológica sobre a avaliação. Acreditamos que a grande contribuição desse texto é fornecer discussões e ferramentas robustas para que os profissionais da educação possam não somente desenvolver avaliações formais, mas, acima disso, avaliar continuamente as práticas existentes em seu contexto educacional.

O segundo capítulo intitulado "Avaliação de aprendizagem" analisa significados, concepções, práticas e principalmente, discute as consequências políticas e sociais das diferentes formas de avaliação que são vivenciadas nas escolas. O texto apresenta que o sucesso escolar não está restrito ao desempenho acadêmico, pois envolve dimensões cognitivas, sociais e emocionais. Para tanto, as autoras apontam que a forma como a avaliação é compreendida e vivenciada no contexto escolar influencia diretamente no sucesso ou fracasso escolar do discente. Essa concepção e vivência no contexto escolar da avaliação será a base das "decisões que revelam a seletividade que se processa no ambiente escolar" (Souza; Lopes, 2024, p.13).

O texto delineia quatro traços comuns e dominantes nas práticas avaliativas que persistem na escola: (a) a finalidade classificatória se sobrepõe a finalidade da própria aprendizagem; (b) a avaliação é utilizada para moldar condutas sociais, visando adequar ou punir o "mau comportamento" dos alunos; (c) a perspectiva do docente possui um poder intrínseco, influenciando o desempenho e podendo levar o discente a incorporar uma marca de capaz ou incapaz; (d) a dimensão social de seletividade é escondida quando o que a escola transmite está desvinculado da cultura de origem do aluno. Aqui a avaliação falha quando não interage com as condições específicas dos estudantes ou com seus saberes. Sustentadas nessas quatro características, as autoras criticam o que é comum e dominante nas práticas avaliativas que ainda perduram no contexto escolar. Visando superar essa visão, partem da ideia de que a avaliação deve ser uma ferramenta de promoção da

qualidade e um processo contínuo de diagnóstico, reflexão e enfrentamento das dificuldades, que precisa revelar o que o aluno sabe, os caminhos trilhados, suas possibilidades de progresso, abordando o erro como meio de promoção da aprendizagem.

Para dialogar com tais ideias, podemos trazer para a conversa o que há de mais recente na discussão acerca da avaliação no campo internacional. David Fetterman, em sua obra ainda não publicada em português, *Empowerment Evaluation and Social Justice: Confronting the Culture of Silence* (2023), aprofunda o debate sobre a avaliação como um instrumento de emancipação e transformação social. Ao propor a *empowerment evaluation*, o autor defende que a prática avaliativa deve ser conduzida em parceria com os próprios sujeitos envolvidos no processo educacional, de modo a fortalecer sua autonomia, voz e participação crítica. Nessa perspectiva, a avaliação ultrapassa a dimensão técnica de mensuração de resultados e se converte em um espaço de diálogo, negociação e construção coletiva de sentidos, confrontando as estruturas de silêncio e exclusão que ainda permeiam a escola.

Para enfatizar que a avaliação deve ser essencialmente um instrumento que apoia e orienta o replanejamento do trabalho do professor e alunos, as autoras destacam as três funções cruciais da avaliação para a aprendizagem. São elas: (a) diagnóstica; (b) formativa; (c) somatória. Sustentadas nessas três funções e apoiadas na crítica do pesquisador Ocimar Alavarse (2015), as autoras sustentam que a escola utiliza quase que exclusivamente a função somativa para decidir sobre aprovação ou reprovação, focando apenas no discente e dificilmente avalia os processos e programas de ensino.

Enquanto isso, as autoras abordam que para a avaliação contribuir com a aprendizagem é essencial que o estudante seja visto como sujeito e não como objeto do processo. Isso implica em abandonar o paradigma usual de que o aluno é o único responsável pelo seu fracasso (falta de capacidade ou dedicação). Por fim, as autoras concluem que os procedimentos e ferramentas avaliativas devem ser selecionados em função do que se pretende avaliar, podendo variar entre provas (para checagem de conhecimentos), entrevistas, portfólios (para autoavaliação e metacognição), seminários ou projetos autorais (para verificar o uso das aprendizagens). A transformação da cultura avaliativa requer, portanto, o envolvimento de todos os integrantes da instituição na análise crítica das práticas vigentes.

O terceiro capítulo, “Avaliação em larga escala da educação básica”, enfoca a avaliação educacional externa e em larga escala que tem sido adotada no Brasil. Para isso, o

capítulo detalha a criação e as características de dois importantes instrumentos nacionais: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e, secundariamente, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Além das avaliações federais conduzidas pelo Ministério da Educação (MEC) (Saeb e Enem), são apresentadas as avaliações em larga escala realizadas nos níveis estadual e municipal e, especificamente, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Entretanto, para fins de uma maior discussão sobre a avaliação externa e de larga escala no Brasil, as autoras elegem o SAEB como o principal foco de abordagem do capítulo, por ser um exame nacional, censitário, amostral e que fornece elementos de avaliação da educação básica no Brasil desde a educação infantil ao Ensino médio.

No que diz respeito às avaliações em larga escala, as autoras apresentam contínuas argumentações, desde um apoio integral a formas como são conduzidas até a oposição de sua implementação. Demonstram na sequência que os resultados das avaliações externas e em larga escala podem contribuir de diferentes formas para a educação, entre elas: (a) identificação de lacunas em diferentes contextos da educação; (b) monitoramento do alcance de metas e objetivos; (c) construção de parâmetros na prestação de contas.

Por outro lado, é apresentada a relação dinâmica e complexa entre avaliação de larga escala e políticas educacionais, pois esses elementos se entrelaçam e se influenciam mutuamente, mostrando que essas duas vertentes exigem que a fundamental finalidade das avaliações seja apoiar a elaboração, a manutenção e/ou a revisão de políticas públicas educacionais. Essa revisão deve levar em consideração uma diversidade de dados, informações e contextos de desempenho, além dos resultados dos testes, para a tomada de decisão.

Pautando-se nos estudos das autoras, podemos dialogar que, para as avaliações terem relevância, é necessário que todas as etapas e procedimentos sobre a avaliação sejam transparentes, além disso é necessário compreender como são elaboradas, aplicadas e que fazem com os resultados colhidos. Fazendo os apontamentos finais, as autoras apresentam os desafios das equipes escolares quando recebem os resultados dessas avaliações, pois é necessário e urgente que os profissionais da educação conheçam, compreendam e que utilizem os resultados das avaliações externas e em larga escala para que esses dados contribuam com o aprimoramento da qualidade educacional e favorecer sua incorporação pelas equipes escolares.

O quarto capítulo tem por título “A avaliação institucional no contexto escolar”, o qual

busca introduzir ao leitor o tema da avaliação institucional abordando noções, finalidades e suas principais características. Para as autoras, ao compreendermos os contextos nos quais as aprendizagens ocorrem, a avaliação escolar deixa de ter um papel restrito de mensurar resultados e assume uma função mais ampla, voltada à promoção de um ambiente escolar mais equilibrado, à elevação da qualidade das aprendizagens, bem como ao aprimoramento das práticas docentes e a à qualificação da gestão. Nessa perspectiva, tanto o procedimento avaliativo quanto a avaliação institucional apresentam-se como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento educacional, visto que esta última permite à escola conhecer e interpretar a realidade do seu contexto por meio da articulação e análise integrada de diferentes dados e informações.

Dessa forma, a força da avaliação institucional não reside apenas em um diagnóstico, mas é uma ferramenta caracterizada por um conjunto de procedimentos que combinam, avaliam e interpretam informações de diferentes fontes. Assim, a avaliação assume que os resultados se produzem em um ambiente ativo, complexo e diverso, para além do esforço pessoal ou da relação didática. O desafio prático é fazer com que as equipes escolares utilizem os relatórios (provenientes de avaliações externas e internas) para promover o combate coletivo à exclusão, ao invés de naturalizá-la ou atribuí-la ao demérito individual. Por fim, a avaliação institucional é um processo que não está limitado aos muros da escola, mas contribui significativamente para a gestão educacional da rede.

O quinto capítulo, “Avaliação e qualidade da educação para todos”, aponta que os tópicos anteriores foram guiados pelo compromisso de vivenciar a avaliação não como um fim em si mesma, mas como uma ferramenta para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos. Para as autoras, uma escola de qualidade implica o compromisso coletivo de toda a comunidade em garantir, não somente o acesso, mas o desenvolvimento e a permanência dos discentes com práticas que favoreçam uma aprendizagem ativa e uma formação crítica e social dos seus alunos. Assim, defende-se que a escola e as políticas públicas precisam atuar articuladamente para garantir o direito à educação de qualidade para todos, evitando reproduzir as desigualdades sociais historicamente construídas.

Por fim, o texto argumenta que mudar o significado da avaliação educacional exige transformar sua base ideológica e valores subjacentes. Essa mudança não se restringe a instrumentos e métodos, mas envolve um compromisso ético e político com a transformação social, com ênfase na democratização e na inclusão. A avaliação deve ser entendida como prática emancipadora, capaz de fortalecer o papel da educação pública como um ambiente

fundamental para a construção da cidadania e da justiça social, e não como instrumento de controle e exclusão.

Os textos que compõem este compêndio trazem discussões teóricas, metodológicas e técnicas de forma original e distinta, e que dão subsídios tanto teóricos como práticos, estabelecendo-se como um documento essencial de qualidade inegável, organizado de forma sequencial e didática o qual despe a avaliação educacional de qualquer neutralidade técnica, definindo-a como um instrumento intimamente político que deve ser utilizada para a democratização e não para a discriminação social.

O principal benefício da leitura é o fornecimento de discussões e ferramentas robustas para educadores, convidando-os a analisarem criticamente as práticas avaliativas vigentes, com o objetivo de construir uma escola menos excludente e desigual, sendo a estrutura da obra complementada por valiosas indicações de vídeos e leituras para aprofundamento ao final de cada capítulo.

A obra é extremamente necessária por seu foco no compromisso ético e político com a transformação social, criticando as práticas dominantes, como a finalidade classificatória e o uso quase exclusivo da função somativa da avaliação. Assim, recomenda-se enfaticamente esta leitura a todos os profissionais que trabalham direta ou indiretamente no contexto educacional, profissionais da educação infantil ao pós-doutorado que precisam conhecer, compreender e utilizar os resultados das avaliações externas e internas para o aprimoramento da qualidade educacional.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar. **Avaliações externas e seus efeitos**. In: MOSTRA DO CAEM, 2015, São Paulo. Anais 30 anos de formação continuada de professores de matemática, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.ime.usp.br/caem/anais_mostra_2015/arquivos_auxiliares/mesas/Mesa3_Ocimar_Alavarse.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

FETTERMAN, David. **Empowerment Evaluation and Social Justice: Confronting the Culture of Silence.** New York: The Guilford Press, 2023.

LUCKESI, Cipriano C. **Verificação ou avaliação: o que pratica a escola?**. São Paulo: FDE, 1998.

SOUZA, Sandra Z; LOPES, Valeria V. **Avaliação Educacional: de aprendizagem, institucional, em larga escala.** São Paulo: Editora Contexto, 2024.